



ATA-RELATÓRIO N.º 8

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM DE RECRUTAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE VINTE POSTOS DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL (PEDREIRO) DA CARREIRA GERAL E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL DO PERÍODO EXPERIMENTAL

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, definiu os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, e, bem assim, estabeleceu, complementarmente, o regime jurídico-funcional aplicável a cada uma das modalidades de constituição da relação jurídica de emprego público.

Por seu turno, a Secção II, do Capítulo II, do Título II, da LTFP, com a epígrafe «Formação do vínculo», consagra um período experimental que corresponde ao tempo inicial da execução do contrato e destina-se a comprovar se o trabalhador possui ou não as competências exigidas pelo posto de trabalho que o trabalhador vai ocupar (artigos 45.º e seguintes), o qual em termos de duração varia em função da carreira e do correspondente grau de complexidade funcional.

Considerando que, face ao disposto no artigo 46.º, sob a epígrafe «Avaliação do trabalhador durante o período experimental», ao acompanhamento, avaliação final, conclusão com sucesso e contagem do período experimental são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Durante o período experimental, o trabalhador admitido por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado é acompanhado por um Júri, especialmente constituído para o efeito, que procede no final à avaliação do trabalhador;
- b) A avaliação final toma em consideração os elementos que o júri tenha recolhido, o relatório que o trabalhador deve apresentar e os resultados das ações de formação frequentadas;
- c) A avaliação traduz-se numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se concluído com sucesso o período experimental quando o trabalhador tenha obtido uma avaliação não inferior a 14 ou 12 valores, consoante se trate ou não, respetivamente, de carreiras e categorias de grau 3 de complexidade funcional;
- d) O termo do período experimental é assinalado por ato escrito, que deve indicar o resultado da avaliação final;
- e) À constituição, composição e funcionamento e competência do Júri, bem como homologação e impugnação administrativa dos resultados da avaliação final dos trabalhadores admitidos em período experimental são aplicáveis as regras previstas para o procedimento concursal, constantes da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, com as necessárias adaptações.

Considerando, adicionalmente, que compete ao Júri do correspondente procedimento acompanhar a avaliação dos trabalhadores admitidos em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ainda que sujeitos a um período experimental destinado a comprovar se o trabalhador possui ou não as competências exigidas pelo correspondente posto de trabalho, bem como proceder à avaliação final, findo o correspondente período experimental.



ATA-RELATÓRIO N.º 8

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM DE RECRUTAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE VINTE POSTOS DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL (PEDREIRO) DA CARREIRA GERAL E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL

Aos 31 dias do mês de março de 2022 reuniu o júri do procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de vinte postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de **ASSISTENTE OPERACIONAL (PEDREIRO) DA CARREIRA GERAL DE ASSISTENTE OPERACIONAL**, aberto por aviso n.º 16218/2020, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 200, em 14/10/2020 e na Bolsa de Emprego Público, na mesma data, com o código de oferta n.º OE202010/0469, constituído por:

Lénia Maria Fernandes Mouro Guerreiro, Diretora do Departamento Municipal de Obras Municipais – Presidente do Júri;

José Augusto Ferreira Campos de Carvalho, Chefe da Divisão de Obras por Administração Direta do Departamento de Obras Municipais, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos – Primeiro Vogal Efectivo; Primeiro Vogal Efectivo, por impedimento do mesmo;

Alexandre Manuel Martins de Oliveira, Técnico Superior de Recursos Humanos – Segundo Vogal Efectivo;

a fim de, terminado o período experimental dos trabalhadores admitidos no âmbito do presente procedimento concursal de acordo com o respetivo posicionamento constante da lista unitária de ordenação final, homologada por Despacho da Senhora Vereadora com competência delegada nos domínios dos Recursos Humanos de 20 de agosto de 2021, elaborar a avaliação do período experimental dos trabalhadores recrutados, traduzida numa escala de 0 a 20 valores:

BRUNO MIGUEL BARREIROS BERTO	15,00 valores;
DANIEL DE JESUS GARCIA DOS REIS	14,33 valores;
DIOGO FILIPE ILHÉU MESTRE	13,33 valores;
EUGÉNIO PAULO RODRIGUES DA SILVA ALMEIDA	13,66 valores;
FERNANDO JORGE VAZ DA SILVA (*)	13,67 valores;
FERNANDO JOSÉ DE ALMEIDA CANTIGAS FRANGANITO	9,22 valores;
JORGE ALBERTO DA SILVA LEBRE SOUSA	13,67 valores;
LUÍS CARLOS LOPES MONTEIRO	12,67 valores;
LUÍS MIGUEL CASBARRA PIRES	15,66 valores;
NUNO MIGUEL MARQUES SERRALHA	15,00 valores;
PAULO JORGE RODRIGUES TORNEIRO	12,67 valores;
PAULO JORGE VIEGAS DE FREITAS	15,00 valores;
ROGÉRIO FILIPE MERCIER SILVA	13,33 valores;
SÉRGIO PAULO ROBERTO DOMINGOS	13,33 valores;
VALTER FILIPE SANTIAGO FERREIRA	12,67 valores;
VALTER SEMEDO PAQUETE ARTUR	12,33 valores.

(*) O candidato é detentor de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo incerto.



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA-RELATÓRIO N.º 8

**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM DE RECRUTAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE VINTE
POSTOS DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL (PEDREIRO) DA CARREIRA GERAL E
CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL**

Finalmente, o Júri, para cumprimento do disposto nos art.ºs 22.º e 28.º Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, vai proceder à respetiva audição no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, dando-lhes conhecimento da classificação obtida e no sentido dos mesmos se pronunciarem por escrito, querendo, no prazo de 10 dias úteis sobre as questões pertinentes que possam ser oferecidas, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

E não havendo mais nada a tratar se encerrou a reunião da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme vai ser assinada por todos os membros do júri presentes.

Presidente: _____

Vogal: _____

Vogal: _____

2022/03/31